

No. 40187

**Brazil
and
Angola**

**Protocol of technical cooperation on oil issues between the Government of the
Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Angola.
Luanda, 4 November 2003**

Entry into force: *4 November 2003 by signature, in accordance with article 6*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 3 May 2004*

**Brésil
et
Angola**

**Protocole de coopération technique dans le domaine du pétrole entre le
Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la
République d'Angola. Luanda, 4 novembre 2003**

Entrée en vigueur : *4 novembre 2003 par signature, conformément à l'article 6*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 3 mai 2004*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA
NO DOMÍNIO DO PETRÓLEO

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Angola
(doravante designados “as Partes”),

Considerando a vontade dos Chefes de Estado da República Federativa do Brasil e da República de Angola, Suas Excelências Luís Inácio Lula da Silva e José Eduardo dos Santos, respectivamente, de intensificar os tradicionais laços culturais, de amizade, fraternidade e cooperação existentes entre os dois países e povos;

Considerando ainda o espírito do Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica assinado pelas Partes em 11 de Junho de 1980;

Reconhecendo as semelhanças entre as bacias terrestres brasileiras do Recôncavo Baiano, Sergipe-Alagoas e do Espírito Santo com as bacias emersas do Baixo Congo e do Kwanza da mesma origem e idade geológica;

Convencidos de que essa cooperação incrementará o intercâmbio entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola e promoverá o desenvolvimento e o reforço das relações já existentes entre os dois países;

As Partes, numa base de plena independência, respeito pela soberania, não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e reciprocidade de interesses;

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1º
Objetivo

O presente Protocolo de Cooperação tem como objetivo promover um programa de cooperação técnica entre os dois Governos no domínio do Petróleo.

ARTIGO 2º

Escopo

As Partes promoverão a cooperação nas seguintes áreas:

- a) Cooperação e assistência na formulação de políticas, leis e regulamentos para a indústria petrolífera, na fiscalização e controle do seu cumprimento, assim como trocas de experiência na organização e gestão da respectiva indústria;
- b) Troca de informações gerais sobre políticas petrolíferas, acordos institucionais, quadros reguladores, transferência de tecnologia, investigação e desenvolvimento, assim como o estabelecimento de bases de dados;
- c) Troca de informações sobre os programas governamentais nas áreas de comercialização, distribuição de derivados de petróleo e mercados potenciais;
- d) Promoção da colaboração entre as companhias petrolíferas nacionais, bem como o apoio no estabelecimento de parcerias após identificação nos diversos domínios do sector petrolífero entre as empresas dos dois países de forma a permitir uma harmoniosa transferência de “know-how”;
- e) Preparação de visitas de decisores e peritos responsáveis pelo desenvolvimento e implementação das políticas petrolíferas nacionais;
- f) Qualquer outra forma de cooperação que possa ser acordada pelas Partes sempre que ambas a desejem.

ARTIGO 3º

Implementação

1. As Partes acordam em iniciar a implementação do presente Protocolo de Cooperação ainda em 2003, com estudos para uma reavaliação do potencial petrolífero da parte ocidental das Bacias do Kwanza e do Baixo Congo em Angola e com a formação técnico-científica em gestão de negócios de exploração e produção em bacias terrestres maduras.

2. A implementação dessas ações será efectuada por meio de ajustes complementares, fundamentados no Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola, assinado em 11 de Junho de 1980.

3. Para a implementação dos programas ou projetos de cooperação técnica no domínio do setor petrolífero, concebidos sob a égide de futuros ajustes complementares, as Partes poderão estabelecer parcerias com instituições dos setores público e privado, organismos e entidades internacionais, bem como com organizações não governamentais.

ARTIGO 4º

Autoridades Competentes

1. O Governo da República de Angola designa:
 - a) O Ministério da Relações Exteriores (MIREX) como órgão coordenador das ações decorrentes do presente Protocolo de Cooperação;
 - b) O Ministério dos Petróleos (MINPET) e a SONANGOL E.P. como as instituições competentes para a implementação das ações decorrentes do presente Protocolo de Cooperação.
2. O Governo da República Federativa do Brasil designa:
 - a) a) A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério da Relações Exteriores como órgão coordenador das ações decorrentes do presente Protocolo de Cooperação;
 - c) b) A Agência Nacional do Petróleo (ANP) para a implementação ou para seleção e indicação de instituições competentes das ações decorrentes do presente Protocolo de Cooperação.

ARTIGO 5º

Controvérsias

Quaisquer controvérsias que surjam entre as Partes na interpretação e/ou implementação do presente Protocolo de Cooperação devem ser resolvidas de forma amigável por meio de consultas e negociações entre as Partes, por via diplomática.

ARTIGO 6º

Disposições Finais

1. O presente Protocolo de Cooperação entrará em vigor na data da sua assinatura, e terá vigência de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado por mais 3 (três) anos, mediante notificação, por via diplomática, entre as Partes, salvo se uma Partes o denunciar mediante notificação escrita. A denúncia surtirá efeito 90 (noventa) dias após a sua formalização.

2. O presente Protocolo de Cooperação poderá ser emendado ou revisto por consentimento mútuo entre as Partes.

Em testemunho do que, as Partes assinam o presente Protocolo de Cooperação.

Feito em Luanda, aos 4 dias do mês de Novembro de 2003, em dois exemplares originais em língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL
CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DE ANGOLA
JOÃO BERNARDO DE MIRANDA
Ministro das Relações Exteriores

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

PROTOCOL OF TECHNICAL COOPERATION ON OIL ISSUES BETWEEN
THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL
AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF ANGOLA

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Angola (hereinafter referred to as "the Parties"),

Considering the desire of the Heads of State of the Federative Republic of Brazil and of the Republic of Angola, Their Excellencies Luís Inácio Lula da Silva and José Eduardo dos Santos, respectively, to strengthen the traditional ties of culture, friendship, fraternity and cooperation existing between their two countries and peoples;

Considering also the spirit of the Agreement on Economic, Scientific and Technical Cooperation signed by the Parties on 11 June 1980;

Recognizing the similarities between the Brazilian land basins of Recôncavo Baiano, Sergipe-Alagoas and Espírito Santo and the emergent basins of Baixo Congo and Kwanza of the same origin and geological age;

Convinced that such cooperation will increase exchanges between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Angola and help to develop and strengthen the existing relations between the two countries;

On the basis of full independence, respect for sovereignty, non-interference in the internal affairs of either State and reciprocal interests;

Have agreed as follows:

Article 1. Objective

The objective of this Protocol of Cooperation is to promote a programme of technical cooperation on oil issues between the two Governments.

Article 2. Scope

The Parties shall promote cooperation in the following areas:

- (a) Cooperation and assistance in the formulation of policies, laws and regulations for the oil industry and in the supervision and monitoring of compliance therewith, as well as the exchange of experiences in the organization and management of their respective industries;
- (b) Exchange of general information on oil policies, institutional agreements, regulatory frameworks, transfer of technology, research and development, and the establishment of databases;
- (c) Exchange of information on government programmes in the areas of marketing, distribution of petroleum by-products, and potential markets;

- (d) Promotion of cooperation between national oil companies and support for the establishment of selected partnerships in the various areas of the oil sector between companies of the two countries to facilitate the transfer of know-how;
- (e) Preparation of visits by decision-makers and experts responsible for the development and implementation of national oil policies;
- (f) Any other form of cooperation as may be agreed by the Parties, provided that both Parties so desire.

Article 3. Implementation

1. The Parties agree to begin implementation of this Protocol of Cooperation as early as 2003, with studies to re-evaluate the oil potential of the emergent part of the Kwanza and Baixo Congo basins in Angola and with technical and scientific training in the management of exploration and production companies in mature land basins.

2. Implementation shall be by way of supplementary arrangements based on the Agreement on Economic, Scientific and Technical Cooperation between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Angola, signed on 11 June 1980.

3. For the implementation of technical cooperation programmes or projects in the oil sector, conceived under the aegis of future supplementary arrangements, the Parties may establish partnerships with public and private sector institutions, international agencies and bodies, and with non-governmental organizations.

Article 4. Competent authorities

- 1. The Government of the Republic of Angola hereby designates:
 - (a) The Ministry of Foreign Affairs (MIREX) as the body responsible for coordinating the activities provided for under this Protocol of Cooperation;
 - (b) The Ministry of Petroleum (MINPET) and SONANGOL E.P. as the competent institutions for implementation of the activities provided for under this Protocol of Cooperation.
- 2. The Government of the Federative Republic of Brazil hereby designates:
 - (a) The Brazilian Cooperation Agency (ABC) of the Ministry of Foreign Affairs as the body responsible for coordinating the activities provided for under this Cooperation Protocol;
 - (b) The National Petroleum Agency (ANP) as the body responsible for the implementation - or for the selection and designation of the competent institutions - of the activities provided for under this Protocol of Cooperation.

Article 5. Disputes

Any disputes arising between the Parties concerning the interpretation and/or implementation of this Protocol of Cooperation shall be settled amicably through consultations and negotiations between the Parties, through the diplomatic channel.

Article 6. Final provisions

1. This Protocol of Cooperation shall enter into force on the date of its signature and shall remain in force for 5 (five) years, renewable for a further 3 (three) years upon notification, through the diplomatic channel, between the Parties, unless one of the Parties terminates it by way of written notification. Such termination shall take effect 90 (ninety) days after the official notice thereof.

2. This Protocol of Cooperation may be amended or reviewed by mutual consent between the Parties.

In witness whereof, the Parties hereby sign this Protocol of Cooperation.

DONE at Luanda on 4 November 2003, in duplicate originals in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Angola:

JOÃO BERNARDO DE MIRANDA
Minister for Foreign Affairs

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

PROTOCOLE DE COOPÉRATION TECHNIQUE DANS LE DOMAINE DU
PÉTROLE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉ-
RATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE
D'ANGOLA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République d'Angola (désignés ci-après par les "Parties")

Considérant le désir des chefs d'Etat de la République fédérative du Brésil et de la République d'Angola, respectivement, MM. Luis Inácio Lula da Silva et José Eduardo dos Santos de renforcer les liens traditionnels de culture, d'amitié, de fraternité et de coopération existant entre leurs deux pays et leurs deux peuples;

Considérant également l'esprit de l'Accord de coopération économique, scientifique et technique signé par les parties le 11 juin 1980;

Reconnaissant les similarités entre les gisements de Recôncavo, Baiano, Sergipe-Alagoas et Espirito Santo et que les bassins émergents de Baixo Congo et Kwanza ont la même origine et le même âge géologique;

Convaincus qu'une telle coopération accroîtra les échanges entre la République fédérative du Brésil et la République d'Angola et aidera à développer et à renforcer les relations existantes entre les deux pays;

Sur la base de la pleine indépendance, du respect de la souveraineté, de la non-ingérence dans les affaires intérieures des deux Etats et de leurs intérêts réciproques;

Sont convenus de ce qui suit :

Article 1. Objectif

L'objectif du Protocole de coopération est de promouvoir un programme de coopération technique sur les questions pétrolières entre les Gouvernements.

Article 2. Portée

Les parties s'engagent à promouvoir la coopération dans les domaines suivants :

- (a) Coopération et assistance dans la formulation des politiques, des lois et des règlements pour l'industrie pétrolière et dans la supervision et le contrôle de leur application ainsi que dans l'échange des expériences dans l'organisation et la gestion de leurs industries respectives;
- (b) Echange d'informations de caractère général sur les politiques pétrolières, les accords institutionnels, le cadre réglementaire, le transfert des technologies, la recherche et le développement et l'établissement de bases de données;
- (c) Echange d'informations sur les programmes gouvernementaux dans les domaines de la commercialisation, de la distribution de dérivés du pétrole et des

marchés potentiels;

- (d) Promotion et coopération entre les compagnies pétrolières nationales et appui à l'établissement de partenariats dans les différents domaines du secteur pétrolier entre les compagnies des deux pays afin de faciliter le transfert du savoir-faire;
- (e) Préparation de visites par des responsables et par des experts chargés du développement et de la mise en oeuvre de politiques pétrolières nationales;
- (f) Toute forme de coopération dont pourrait en convenir les parties si elles le souhaitent.

Article 3. Mise en oeuvre

1. Les parties conviennent de commencer la mise en oeuvre du présent Protocole de coopération dès 2003, par des études de réévaluation du potentiel pétrolier de la partie émergente de Kwanza et des bassins Baixo Congo en Angola et par la formation scientifique et technique dans la gestion de l'exploration et la production des compagnies dans les bassins terrestres.

2. La mise en oeuvre se fera par le moyen d'arrangements complémentaires basés sur l'Accord de coopération économique, scientifique et technique entre la République fédérative du Brésil et la République d'Angola signé le 11 juin 1980.

3. Pour l'application des projets et des programmes de coopération technique dans le secteur pétrolier conçus sous l'égide des arrangements complémentaires futurs, les parties peuvent établir des partenariats avec des institutions des secteurs publics et privés, des agences et des organes internationaux et des organisations non gouvernementales.

Article 4. Les autorités compétentes

- 1. Le Gouvernement de la République d'Angola désigne :
 - (a) Le Ministère des affaires étrangères (MIREX) comme organe responsable de la coordination des activités prévues par le Protocole de coopération;
 - (b) Le Ministère du Pétrole (MINPET) et SONANGOL E.P. comme institutions compétentes de la mise en oeuvre des activités prévues par le Protocole de coopération.
- 2. Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil désigne :
 - (a) L'Agence brésilienne de coopération (ABC) du Ministère des affaires étrangères comme organe responsable de la coordination des activités prévues par le Protocole de coopération;
 - (b) L'Agence Nationale du pétrole (ANP) comme organe responsable de la mise en oeuvre -ou pour la sélection et la désignation des institutions compétentes - des activités prévues par le Protocole de coopération.

Article 5. Différends

Tout différend provenant de l'interprétation ou de l'application du présent Protocole de coopération sera réglé à l'amiable par des consultations et des négociations entre les parties par voie diplomatique.

Article 6. Dispositions finales

1. Le présent Protocole de coopération entrera en vigueur à la date de sa signature et sera valable pour une période de cinq ans et sera renouvelé pour une période de trois ans par note diplomatique à moins qu'une des parties y mette fin par une note écrite. La dénonciation prend effet 90 jours après la notification officielle.

2. Le présent Protocole de coopération peut être amendé ou modifié par consentement mutuel des parties.

En foi de quoi les parties ont signé le présent Protocole de coopération.

Fait à Luanda le 4 novembre 2003 en deux exemplaires originaux en portugais, les deux textes faisant foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM
Ministre des affaires étrangères

Pour le Gouvernement de la République d'Angola :

JOAO BERNARDO DE MIRANDA
Ministre des affaires étrangères

